

AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E A ATUAÇÃO MST EM RONDÔNIA

Prof. Dr. Adilson Siqueira de Andrade
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Prof. Dr. Israel Xavier Batista
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma leitura da apropriação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) como instrumento de mediação e comunicação entre os camponeses assentados, suas reivindicações e a luta da política pela Reforma Agrária. Leva em consideração referenciais teóricos da Ciência da Informação, principalmente os relacionados aos conceitos de mediação da informação, enfatizando autores que tratam das TICs no processo da globalização. Para isso, ouve o Coordenador do MST do estado de Rondônia sobre o processo de luta e conquista de terras na região.

Palavras- Chaves: Informação. Mediação. TICs. Reforma Agrária

ABSTRACT

This article aims to analyze the appropriation of the Landless Rural Workers Movement (MST) of the new Information and Communication Technologies (ICTs) as an instrument of mediation and communication between the settled peasants, their claims and the political struggle for Agrarian Reform. It takes into account theoretical references of Information Science, mainly those related to the concepts of information mediation, emphasizing authors who deal with ICTs in the globalization process. For this, he heard the MST Coordinator of the State of Rondônia about the process of struggle and conquest of land in the region.

Keywords: Information. Mediation. ICTs. Agrarian Reform

INTRODUÇÃO

Com os avanços das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na era da chamada globalização, aumentou a velocidade nas mudanças no comportamento das pessoas, bem como os métodos dos movimentos sociais, tanto do campo, quanto das cidades.

Essas mudanças se refletem com maior velocidade na cultura dos povos, como diz Laraia, (2009, p.45):

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

Visando a compreensão desse processo de transformação, constata-se grupos de pesquisas e intelectuais debruçados nos mais diversos temas e abordagens nas mais diversas áreas das ciências. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação (CI) vem contribuindo com reflexões e ajudando na compreensão das novas formas de comunicação e suas abordagens na mediação entre as pessoas e as instituições.

O presente artigo tem como objetivo realizar uma leitura da apropriação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) como instrumento de mediação e comunicação entre os camponeses assentados, suas reivindicações e a luta da política pela Reforma Agrária. Nesse sentido se indaga o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em Rondônia, está articulado e se utiliza das novas tecnologias de comunicação como ferramentas de mediação no trabalho de mobilização com a sua base e com as outras instituições?

Visando a compreensão da indagação acima mencionado tomou-se como metodologia da pesquisa a concepção de Clifford Greetz o que denomina de “descrição densa”. Nesse sentido destaca Greetz (1978, p.15) “[...] “Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise”. Nessa perspectiva a investigação buscar a compreensão da ação social, no contexto em que ela ocorre. Nesse sentido é que se buscou informação direta com a principal liderança do MST/RO, Claudinei L. S dos Santos, destacando as necessidades dos trabalhadores rurais sem terra e os órgãos responsáveis pelas políticas públicas direcionadas a esse setor, envolvendo questões tecnológicas, culturais e políticas.

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

A Ciência da Informação (CI) deve ser vista no contexto das mudanças socioculturais e econômicas, devendo-se levar em conta a perspectiva histórica e conseqüentemente as mudanças de paradigmas nas sociedades complexas.

Para Araújo (2009, p.194), “Os processos que envolvem informação passam a ser compreendidos numa lógica linear. [...] A informação é definida como uma medida de incerteza – não como aquilo que é informado, mas como aquilo que se poderia informar”. Observa-se que nesse contexto, a informação é vista como probabilidade. Segundo o autor, essa visão surge na década de 1950 do século XX. Além disso, Araújo (2009) destaca que no âmbito da Ciência da Informação a teoria sistêmica se relaciona com a teoria funcionalista e nesse contexto deve-se observar a função da comunicação nas sociedades. Também destaca a teoria crítica como sendo uma atitude epistemológica a ser levado em conta na atualidade.

Capurro (*apud* Araújo, 2009, p.201) destaca:

[...] a informação não seria, então o produto último de um processo de representação, nem algo que é transportado de uma pessoa a outra ou mesmo algo específico para uma subjetividade isolada. Ela seria, antes de tudo, uma dimensão fundamental da forma como os seres humanos compartilham o mundo com os outros.

O autor chama atenção para as abordagens atuais relativas ao conceito de regime de informação, que busca analisar o fluxo da informação a partir das inserções no contexto das políticas econômicas concretas, porém, levando em conta as abordagens psicológicas. Nessa perspectiva Frohmann (2008, p. 33-34) aponta que:

alguns modos de pensar sobre a informação que abre campos de práticas sociais, públicas, política, economia e cultura. O caminho a esses campos nos leva da materialidade da informação para os documentos e daí até as fontes da massa e energia dos documentos. Investigações sobre a materialização da informação através da documentação podem identificar os campos de força – institucional, tecnológico, político, econômico e cultural – que configuram características públicas e sociais da informação em nosso tempo.

Nesse contexto, pode se entender que a reconstituição do conceito de informação passa pela ideia de materialidade da informação, ou seja, está relacionada ao campo institucional, tecnológico, político, econômico e cultural.

A Ciência da Informação (CI) teve sua origem no contexto da revolução científica e tecnológica pós-segunda guerra mundial e sua evolução tem se dado em diversos países, seguindo pressupostos diversos, não sendo uma ciência de um único país, mas segue o processo globalizante.

Seracevic (1996, p.60) ao analisar a CI diz:

Nas últimas quatro décadas a CI apresentou contribuições que influenciaram o modo como a informação é manipulada na sociedade e pela tecnologia e também permitiu melhor compreensão para um rol de problemas, processos e estruturas associados ao conhecimento, à informação e ao comportamento humano frente à informação.

Observa-se que CI embora não seja a única ciência a se preocupar com as mudanças tecnológicas, vem influenciando nas mudanças nos mais diversos campos das ciências como um todo.

Os avanços tecnológicos têm levado mudanças de paradigmas no campo da informação e do conhecimento e conseqüentemente se faz necessário à busca de entendimento epistemológico que possam dar conta das novas abordagens no campo da economia da informação.

Braman (2011, p. 41) afirma que:

No século XXI, a definição de informação como um leque de possibilidade tem particular importância e a economia da informação pode ser agora entendida como uma economia representacional – isto é, uma economia baseada em representações mais do que em informações empíricas, como os insumos críticos para tomadas de decisão econômica.

Assim, observa-se que as mudanças proporcionadas pelo avanço das novas tecnologias têm produzido alterações no regime global da política de informação, bem como na natureza da economia informacional e na compreensão das novas abordagens do conhecimento.

Braman (2011, p.49) argumenta que nos anos 1970, começaram a surgir novos conceitos para definir economia de informação, contudo, nos anos 1990 já havia surgido um novo conceito como destaca:

Na economia da informação, esses economistas argumentam que a cooperação e a coordenação são tão importantes quanto à competição para o sucesso econômico de longo prazo. Empresas isoladas estão sendo substituídas por ‘empresas em rede’ que mantêm fronteiras flexíveis e permeáveis através das quais se movem a propriedade intelectual, os recursos e apropriação força de trabalho.

O que se observa na análise da autora é a busca da atualização de novos conceitos em todas as áreas do saber. Nesse sentido Lastres e Albagli (1999, p.8) afirmam:

Do ponto de vista econômico, verificam-se novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, cooperação e competição entre os agentes, assim como de circulação e de valorização do capital, a partir da maior intensidade no uso de informação e conhecimento nesse processo. Tais práticas apoiam-se, por sua vez, em novos saberes e competência, em novos aparatos e instrumentais tecnológicos, tanto como em novas formas de inovar e de organizar o processo produtivo, expressando-se assim uma nova economia ou um novo padrão técnico-econômico e ensejando também a necessidade de novas abordagens na própria teoria econômica e do valor.

Nessa perspectiva, tanto a linguagem quanto as relações sociais mudam, bem como mudam as abordagens, o que requer uma compreensão sobre as novas relações socioculturais, e nesse contexto também se altera a compreensão sobre a CI. Acrescenta as autoras dizendo:

Esse novo papel da informação e do conhecimento nas economias vem provocando modificações substantivas nas relações, forma e conteúdo do trabalho, o qual assume um caráter cada vez mais ‘informacional’, com implicações significativas sobre o perfil do emprego. (LASTRES e ALBAGLI, 1999, p.9).

Nesse entendimento, fazem-se necessárias novas orientações referentes às relações econômicas e sociais, tanto pelos agentes públicos, quanto pela sociedade de modo geral.

Albagli e Maciel (2004, p. 14) ao analisarem a informação e o conhecimento na perspectiva do desenvolvimento local destacam:

A chamada era da informação e do conhecimento embora assumindo uma dimensão global, expressa: (a) a diferenciação entre realidades culturais e projetos de sociedade, ou seja, entre comunidades territoriais e segmentos sociais diversos; (b) a desigualdade entre sociedades com distintas condições de desenvolvimento, bem como entre segmentos de diferentes níveis socioeconômicos no interior de uma mesma sociedade.

As desigualdades territoriais têm que ser levadas em conta não somente na perspectiva da dimensão técnico-econômica, mas também por meio da compreensão da informação e o conhecimento pela perspectiva da dimensão sociocultural, tendo presente a dimensão política histórica de cada época.

Albagli e Maciel (2004, p. 15) destacam ainda:

O conhecimento gerado a partir da realidade e das necessidades locais é relevante tanto para se obter vantagem competitiva, transformando as características e atributos específicos de cada território em valorização econômica, como também para promover padrões de desenvolvimento mais sustentável, em termos sociopolíticos, econômicos e ambientais.

Nessa perspectiva, as autoras dimensionam o desenvolvimento como sendo uma prática que deve ser observada a partir da realidade local, considerando a cultura específica, o que conflitou com o desenvolvimento linear. Assim, para que se possa compreender as propostas e ações governamentais sobre políticas regionais se fazem cada vez mais necessário o aprofundamento sobre a mediação da informação como instrumento de verificação e análise, se de fato há diálogo dos governantes e, no caso concreto no Estado de Rondônia, com a sociedade em geral na perspectiva de se implantar políticas públicas.

Nessa mesma perspectiva Almeida e Morais (2013, p.178) afirmam

Com o surgimento de novos meios de comunicação, a interação dissocia-se do ambiente físico. Surgem, então, as interações mediadas-aquelas que implicam o uso de um meio técnico, como papel, fios elétricos, ondas eletrônicas, etc., e as interações quase mediadas- as relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa como livros jornais, rádio, televisão e que implicam numa ampla disponibilidade de informação e conteúdo simbólico no espaço e no tempo.

As mudanças tecnológicas que abrangem as mais diversas formas de comunicação vêm proporcionando mudanças na cultura dos povos. Assim, Almeida e Morais (2013, p.180) argumentam que as “Competências cognitivas são fundamentais para que os indivíduos contextualizem a informação e a utilizem, o que remete à velha questão das desigualdades educativo-cultural”. Nessa perspectiva, o conhecimento deve ser analisado dentro de um contexto cultural e como dizem os autores “[...] remete também a questões relacionadas à formação, a necessidade de mediação cultural e da informação e ao papel estratégico dos mediadores”.

Além disso, o conhecimento deve ser analisado historicamente como uma forma de poder. Almeida e Morais (2013, p.193) destacam:

Na contemporaneidade, assistimos à passagem das tecnologias análogas às tecnologias digitais, o que traz implicações no processo de repasse das informações, alterando a direção dos fluxos comunicativos. A distinção emissor/receptor dá lugar a uma interação de fluxos comunicacionais e informacionais entre o sujeito e as redes, fruto de uma navegação única e individual, que produz um processo comunicativo rizomático entre

arquiteturas de informação (rede sociais, sites, blogs, etc) conteúdos e pessoas/grupos. Segundo alguns autores, essa mudança é tão profunda que afeta a própria organização social.

O que se pode observar são mudanças culturais constantes nas sociedades. Assim, no curso da história humana sempre houve transformações decorrentes de novas tecnológicas e consequentemente formas de pensar e agir. Pode-se ainda afirmar a não existência de sociedade isolada, visto que sempre houve comunicação entre os povos. Contudo, o que se percebe na atualidade é uma aceleração no processo tecnológico e com isso ocorrendo mudanças de paradigmas nas mais diversas formas de comunicação.

Com as novas tecnologias faz-se necessário um aprofundamento nas novas práticas no relacionamento humano e institucional. Assim, deve se observar o uso de novas formas de mediações entre os sujeitos e as instituições.

Marco Antônio de Almeida no artigo: “Mediações da Cultura e da Informação: perspectiva sociais, políticas e epistemológicas”; fazendo uma análise sobre o papel do mediador a partir de uma política cultura, afirma

A ideia de mediação envolve coisas muito diferentes entre si, que abarcam desde as velhas concepções de ‘atendimento ao usuário’, passando pela atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural – até a construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivência (arte, educação, ecologia, por exemplo), chegando à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação etc. (ALMEIDA, 2008, p.3).

Tendo em vista as mudanças sociais, econômicas e políticas no contexto da globalização, Almeida afirma:

O primeiro aspecto relaciona-se com a modificação do papel protagonista do Estado: se para Gramsci e para os estudos culturais este era o ‘interlocutor privilegiado’ (e os sistemas de mídia e de educação eram subentendidos nessa discussão dentro do espírito althusseriano dos ‘aparelhos ideológicos de Estado’), hoje a situação é diversa. De um lado, temos ‘o mercado’ enquanto entidade intangível e onipresente que condiciona fortemente as políticas públicas e as dinâmicas sociais em geral. Do outro lado temos novas formas de organização política que transcendem a filiação mais orgânica a uma classe social, modificando a própria agenda política de lutas e recolocando o ‘cultural’ – novamente pensando em termos de construção da hegemonia – em questão (ALMEIDA, 2008, p.17).

E acrescenta o autor argumentando (p.17):

No passado, o pertencimento era pensado em termos de um grupo; agora o indivíduo é o ponto terminal dos processos de regulação. O mundo contemporâneo coloca à disposição dos indivíduos uma gama inédita de recursos simbólicos que estendem seu potencial de individuação (autonomia/auto-realização). Dessa forma, para garantir a própria integração, a sociedade não pode ficar restrita à regulação da apropriação e distribuição de recursos, devendo estender seu controle sobre os níveis simbólicos das ações - as esferas que constituem o sentido e a motivação do agir.

Diante do processo da sociedade globalizada e tendo em vista as novas formas de comunicação, se faz necessário que o processo de mediação possa responder as necessidades básicas da sociedade. Nesse sentido, Almeida (oc.p.21) afirma: “Assim se vislumbra um desafio crucial da Sociedade da Informação: o de gerar nos indivíduos e grupos as competências simbólicas e comunicacionais para a compreensão dessa nova realidade”, e conclui dizendo “A função mediadora dos pesquisadores e dos profissionais da informação se faz cada vez mais necessária, buscando conectar os indivíduos, as bases do conhecimento local, às demais fontes de informação e conhecimento disseminando na sociedade”.

Hjarvard (2015, p.53) ao analisar a diferença entre mediação e midiatização afirma que:

A distinção entre mediação e midiatização é teoricamente e analiticamente importante, mas os próprios processos de mediação e midiatização não são empiricamente distintos, uma vez que o efeito acumulado das práticas de trocas mediadas pode representar uma instância da midiatização.

Assim, perceber-se a influência da mídia no processo da mediação ou nas relações humanas e institucionais. Hjarvard (2015, p.53) afirma ainda que “Por midiatização da cultura e da sociedade, nos referimos aos processos por meio dos quais cultura e sociedade tornam-se cada vez mais dependentes das mídias e seus modus operandi, ou lógica da mídia”. Acrescenta o autor dizendo:

Em contraste com as mídias de massa, as novas mídias não necessariamente estabelecem formas públicas de comunicação, mas elas podem, ao invés disso, estabelecer novas configurações para as formas privadas e semi-privadas de comunicação, conectando os participantes nos níveis um-para-um, um-para-muitos e muitos-para-muitos. (HJARVARD, 2015, p.59).

Ressalta o autor (oc. p.61) afirmando: “As novas mídias diferem das velhas mídias de várias formas, mas elas estão incorporadas de maneira semelhante no processo de midiatização através do qual a mídia passa a influenciar a institucionalização da interação social na cultural e na sociedade”. Nesse sentido, se observa que o avanço das novas mídias possibilita a ampliação da comunicação, contribuindo para transformar as relações sociais e culturais.

A POLÍTICA FUNDIÁRIA E O SURGIMENTO DO MST EM RONDÔNIA

Para uma melhor compreensão sobre a colonização agrícola na região, deve-se compreender que se iniciou no final da década de 1960 no estado de Rondônia está inserida no contexto da política de ocupação da Amazônia instituída durante os governos militares, fazendo parte do Plano de Integração Nacional (PIN), lançado por meio do Decreto-Lei n.1.106/1970 (BRASIL, 1970).

O PIN tinha como objetivo promover a integração nacional por meio da ocupação dos espaços “vazios” da Amazônia, mediante a construção de rodovias e criando novos polos de atividades agrícolas, pastoris e de mineração. A principal estratégia do plano era a construção de rodovias e a instalação dos colonos e suas famílias ao longo destas. “Com isso, seriam resolvidos dois problemas, considerados de segurança nacional: a ocupação da Amazônia e a minimização dos conflitos por terra nas Regiões Sul e Nordeste” (SOUZA, 2010, p.205).

Em Rondônia o fluxo de colonos veio fundamentalmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, sem olvidar a migração do nordeste, sudestes e norte, estando intimamente relacionado à modernização no campo que ocorria na época naquelas regiões onde as tradicionais formas familiares de cultura do café estavam sendo substituídas por plantações mecanizadas, de larga escala, de soja, trigo e cana de açúcar. Com essas mudanças, muitos dos trabalhadores rurais nessas regiões se tornaram sem-terra e sem-trabalho e Rondônia poderia ser uma alternativa viável de assentamento para estes trabalhadores (RONDÔNIA, 2002).

Contribuíram com esse processo na região, a abertura da BR 29, depois transformada em BR-364, a boa qualidade dos solos e a propaganda governamental noticiando as facilidades de compra e das terras férteis em Rondônia, fazendo com que houvesse uma explosão migratória por região. Assim, a população de Rondônia, nos anos 1970, cresceu a uma taxa média anual de 15,8%, passando de 111.000 habitantes em 1970 para 491.000 habitantes em 1980 e para 1.150.000 em 1987 (MILLIKAN, 1999; MARTINE, 1990).

O fluxo migratório foi tamanho que obrigou o governo a tentar conter a migração para Rondônia por meio de campanhas de desestímulo nas principais áreas de envio do Paraná e pela colocação de bloqueios de estradas na artéria principal entre esses estados e Rondônia. Apesar desses esforços, milhares de migrantes continuaram sua jornada para Rondônia (MARTINE, 1990).

O governo perdeu o controle do processo de ocupação ordenado, realizado pelo INCRA.

Nesse sentido (MARTINE, 1990, p. 29) aponta que:

Reconhecendo que o fluxo de migrantes havia ultrapassado as possibilidades de assentamento organizado nos moldes do modelo anterior, o governo adotou o programa de 'assentamento rápido'. Isso equivalia, com efeito, à legitimação do assentamento espontâneo. Os colonos invadiam terras adjacentes a quaisquer estradas ou trilhas que existissem (ou estivessem sendo programadas), ou onde quer que 'boatos' indicaram que as terras públicas podem estar sujeitas à distribuição. Eles selecionariam lotes de tamanho mais ou menos equivalente ao que o INCRA deveria distribuir e começariam a derrubar as florestas e produzir safras de subsistência. O governo simplesmente tentou colocar algum tipo de ordem neste processo, controlando a quantidade de área de terra a ser reivindicada por qualquer colonizador e, então, esperançosamente, fornecendo alguma infraestrutura mínima em termos de estradas de acesso, instalações de armazenamento e similares.

O processo de colonização agrícola atraiu para Rondônia pessoas interessadas na terra em busca de oportunidades para trabalharem, mas também muitas outras pessoas com outros fins, inclusive grileiros de terras (IANNI, 1979; MARTINE, 1990). Nesse sentido Ianni (1979, p. 138) afirma que:

Em poucos anos chegaram [em Rondônia] muitos trabalhadores rurais, e seus familiares, em busca de terras para ocupar, morar e lavrar. Também chegaram pequenos, médios e grandes empresários, ao lado de comerciantes de terras, grileiros, jagunços, funcionários governamentais, engenheiros, agrônomos, gerentes. Mas o que predominou foi o trabalhador rural, com sua família, em busca de terra boa para formar roça e criação.

Millikan (1999) também destaca que o processo de colonização agrícola em Rondônia atraiu muitos grileiros e empresários pecuaristas, que controlaram grandes propriedades para especulação e estabelecimento de pastagens. Nesse aspecto, Millikan (1999, p. 103) afirma que:

[...] as políticas fundiárias do INCRA contribuíram para padrões muito desiguais de posse da terra, legitimando o uso do desmatamento como meio de estabelecer acesso e controle sobre a terra, e também estimularam a expansão de um mercado privado, altamente especulativo na fronteira. Especuladores de larga escala conseguiram assegurar seu acesso a grandes propriedades, baseando-se no uso do desmatamento e dos pastos como meio de estabelecer direitos fundiários.

Outro aspecto a ser considerado é a concentração da posse ou propriedade da terra que vem ocorrendo ao longo do tempo. Amaral (1999) aponta a reconcentração das terras em Rondônia, mostrando que a terra estava perdendo sua função social, e afirma que “Há casos de

uma única pessoa com mais de 80 lotes em um mesmo projeto de assentamento, e casos com cinquenta, quarenta e trinta lotes são bastante comuns. Casos com vinte lotes são corriqueiros no Projeto Machadinho e no Projeto Rio Jamari” (AMARAL, 1999, p. 104)

O processo de colonização agrícola moldou uma estrutura fundiária em Rondônia, composta por pequenos, médios e grandes proprietários rurais. No entanto, verifica-se que os médios e grandes proprietários foram contemplados com uma área muito superior àquela destinada aos pequenos proprietários familiares, pois dos 14.083.084 hectares distribuídos até 1982, 2.724.624 hectares foram destinados aos pequenos agricultores, representando 11,2% da área do estado, enquanto 11.358.470 hectares foram para os médios e grandes proprietários, o que significa 47% da área total do estado, mostrando que a colonização beneficiou mais os segmentos responsáveis pela expansão do agronegócio (SILVA, 1984).

Dados apresentados por Silva (2014) mostram que foram executados 155 assentamentos em Rondônia entre 1970 e 2007, em todas as modalidades, tendo sido assentadas 77.503 famílias, em uma área total de 5.809.662 hectares de terras. Em termos numéricos, 86% dos estabelecimentos agropecuários em Rondônia pertenciam a agricultores familiares, mas representavam apenas 40% das áreas destinadas a atividades agrícolas.

Esse processo gerou profundos conflitos sociais envolvendo especuladores de terra, pecuaristas, trabalhadores rurais sem terras, pulações indígenas, extrativistas e ribeirinhos. O processo caótico de utilização da terra criou uma situação em que a violência e um clima. A maior parte dos conflitos envolvem migrantes sem-terra e especuladores de terras (MILLIKAN, 1999).

Mesmo com a intervenção do Estado, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e também em função dessa intervenção, continuou existindo ocupações desordenadas de terras em Rondônia, e os conflitos continuaram e continuam existindo ainda hoje. Em função desses problemas, entre 1983 e 1984 surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado.

O MST foi organizado em Rondônia a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Ouro Preto do Oeste, filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO) e contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo esta articulado a participação de lideranças nos encontros de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As primeiras ocupações organizadas pelo MST em Rondônia ocorreram em 1987 nos municípios de Jaru com 280 famílias e em 1989, no Município de Espigão D'Oeste, com cerca de 140 famílias na área denominada fazenda Seringal, onde foram assentadas 300 famílias (MARTINS, 2012).

Em Rondônia existiam mapeadas, em 2016, 88 áreas de conflito, envolvendo 4.600 famílias. Na maior parte deles, a organização é dispersiva, de pequenos grupos locais. “Dos mais de 100 assentamentos do estado construídos nos últimos 15 anos, 17 são ligados ao MST” (TUBINO, 2016).

Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2017), que trata de conflitos agrários na Amazônia, foram contabilizados 191 conflitos agrários em Rondônia em 2017, atingindo 17.099 famílias.

Entre os anos 1985 e 2016 foram assassinadas 130 pessoas envolvendo conflitos agrários em Rondônia, dos quais 21 no ano de 2016 e 16 assassinatos em 2017 (COSTA e DANDOLINI, 2018).

USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MEDIAÇÃO PELO MST

Objetivando pressionar as autoridades responsáveis pela implementação da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) adotou uma estratégia de luta que inclui a ocupação de terras devolutas e latifúndios considerados improdutivos. Outras formas de manifestações são ocupações de prédios públicos, realizações de marchas, além de se preocuparem com o campo da Comunicação, defendendo a produção de seus próprios veículos e estimulando para que outras organizações populares façam o mesmo (BARBOSA, 2017).

Em Rondônia, segundo o coordenador local do MST, Claudinei L. S dos Santos, as principais reivindicações do movimento atualmente no estado são, em primeiro lugar, para que o INCRA garanta o assentamento das famílias que se encontram acampadas. As outras reivindicações são o atendimento de serviços como escola, moradia, estradas, crédito e assistência técnica, espaços de lazer entre outras. Nesse sentido destaca:

Uma é para que o INCRA garanta o assentamento das famílias que se encontram acampadas. Algumas delas com mais de 20 anos, como é o caso

do acampamento Chê Guevara em Alto Alegre dos Parecis. Para viabilizar isto, o órgão poderia aplicar as modalidades possíveis hoje de acordo com a legislação, que seriam a desapropriação, a aquisição ou a retomada de terras. Esta última, a nosso ver, seria a mais adequada para o estado, visto a grande quantidade de terras públicas fruto do processo de colonização, e que se tornou terras de grandes esquemas de grilagem, podendo estas serem revertidas para o assentamento das mais de 7,5 mil famílias que se encontram acampadas hoje em Rondônia, sem custo para a união.

As outras reivindicações são decorrentes do processo de assentamentos que são; luta por escola, por moradia, estradas, crédito e assistência técnica, espaços de lazer entre outras (SANTOS, 2018).

Os órgãos que servem como elo de mediação para resolverem os conflitos referentes às questões no campo em Rondônia são, segundo Claudinei L. S dos Santos (2018), na esfera federal o INCRA, como órgão executor da Reforma Agrária. Na esfera estadual o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), que poderia aplicar modelos de assentamentos estaduais, como já fazem os estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Para o coordenador do movimento, a direção do MST enfrenta dificuldades referentes à comunicação com as autoridades responsáveis pela implantação de políticas pública no campo em Rondônia, não atendendo aos pedidos de informação (consultas) ou demorando muito tempo para responder, não levando em consideração a urgência com relação à informação solicitada, por causa dos conflitos agrários, perdendo-se a oportunidade da solução dos problemas de maneira menos onerosa e até minimizando os conflitos, assim, relata:

Obter a informação da cadeia dominial de uma determinada área, implica em consultar o cartório onde se encontra o registro da mesma. Como não existe harmonia entre os órgãos, levasse dias para isto, onde muitas vezes se perde a oportunidade de se fazer uma intervenção menos onerosa, ou em muitos casos, nem é fornecida a informação (SANTOS, 2018).

Outro problema é a falta de fiscalização dos órgãos que deveriam manter certos dados atualizados. Nesse sentido argumenta o coordenador do MST/RO:

Precisei da informação da cadeia dominial de uma área comprada por estrangeiro, foi no cartório que é o órgão responsável por manter atualizado a cada seis meses este banco de dados, inclusive em livros separados dos registros nacionais, e a proprietária do cartório me disse que não tinha estes dados atualizados. Oficiei o INCRA, que é o órgão secundário, tive a mesma resposta. Diante disto, tive que oficiar a corregedoria do Tribunal de Justiça que é o órgão controlador, para obrigar o cartório a nos fornecer a informação (SANTOS, 2018).

Além desses problemas, segundo Santos (2018), existe uma questão de ordem organizativa. A estrutura do Estado está montada para se relacionar com organizações que tenham estrutura verticalizada, ou seja, presidencialista. Como o MST tem uma coordenação colegiada o Estado tem dificuldade em dialogar, pois a relação deste com as organizações sociais é personificada, mais adequada a um sistema presidencialista.

Para alcançar seus objetivos, o MST desenvolveu uma política de comunicação que envolve o que Barbosa (2017) chama de mídias clássicas (mídia impressa, sites, rádio, além de outras mídias eletrônicas e digitais) “mas também outras formas, como marchas, manifestações, músicas, encenações teatrais, pinturas muralistas e outras” (BARBOSA, 2017, p.136). Essa política é adotada no plano nacional e nos estados.

Em Rondônia, de acordo com Santos (2018), “o principal meio” utilizado pelo MST para fazer chegar suas reivindicações aos órgãos responsáveis pelas políticas que atendem suas necessidades “é a mobilização”. As marchas, as manifestações, as ocupações de órgãos públicos e músicas também são usadas. Também usam e-mail, site, whatsapp, rádio, jornal impresso e vídeo. Usam e-mail, vídeo, o Jornal Sem-Terra e o Jornal Brasil de Fato para circular material de formação. O rádio para interligar a base em nível nacional, socializando os processos de lutas e as experiências de cada estado. Para este fim o canal é a rádio Brasil de Fato. Usam whatsapp e vídeos para circulação de informações rápidas.

Também fazem uso informações contidas nos registros de imóveis dos cartórios das comarcas, do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do georreferenciamento usando imagens de satélites (SANTOS, 2022). O cotejamento das informações do georreferenciamento e do CAR com as informações dos cadastros dos imóveis existentes nos cartórios, permite identificar se há grilagem de terras. Santos (2022) exemplifica: “temos várias áreas aqui no estado de Rondônia e no Amazonas, que o valor do CAR [área no CAR] é 40 vezes maior que o valor da matrícula [área da matrícula]. Essa diferença é grilagem”.

O Jornal Sem Terra, criado em 1981, com o nome de Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, é o órgão oficial do movimento. A partir outubro de 2007, é adicionado um encarte direcionado às crianças, o Jornal Sem Terrinha. O jornal é produzido mensalmente, sendo direcionado ao público interno, à base do movimento. Para o público de apoio ao movimento foi criada a Revista do Sem Terra, uma publicação bimestral, produzida por jornalistas profissionais, “com o objetivo de debater os temas de interesse do

MST (reforma agrária, organização dos trabalhadores, direitos humanos) com os setores que apoiam ou se aproximam do movimento” (BARBOSA, 2017, p.142). Essa revista deixou de ser publicada em outubro de 2010, ficando a comunicação impressa do Movimento, exclusivamente, com o Jornal Sem Terra.

Segundo Barbosa (2017, p.142), o encerramento da publicação da revista gerou um problema para o Movimento. “O jornal não dá conta de comunicar-se com a sociedade, pois ele é pensado para a base. As redes sociais e o site ainda não atingem os diversos setores da sociedade civil brasileira”.

O MST usa a Internet desde que essa mídia implantou-se comercialmente no Brasil, se comunicando atualmente por meio do site www.mst.org.br. De acordo Barbosa (2017, p.143), baseado em depoimentos dos educandos das formações do movimento, “é um dos veículos de comunicação mais utilizado para saber notícias da organização e de outros movimentos sociais, além de servir de material para a produção das rádios comunitárias”.

O MST também ocupa as redes sociais, com perfil no Facebook, Twitter e um canal de vídeos no YouTube.

No Facebook, o MST acompanha o desenvolvimento dessa rede social no Brasil, com a inclusão diária de textos, artigos, fotos, que auxiliam nas campanhas promovidas pela organização. O Twitter é utilizado para divulgar, também, essas atualizações.

O canal no YouTube serve tanto para noticiar eventos promovidos pelo MST ou pela Via Campesina (entidade internacional de trabalhadores rurais à qual o MST está filiado) como também para publicar os materiais produzidos nas diversas oficinas de produção de vídeo organizadas pelo Brasil. Nos estados em que o Movimento está organizado, o setor de Cultura e Comunicação promove oficinas de vídeos e, em alguns casos, o material produzido chega a participar de Festivais (BARBOSA, 2017, p.144).

Outra mídia usada pelo MST é a radiofonia, cuja produção é mais descentralizada. Enquanto o jornal, a Internet e as redes sociais, tem uma produção mais centralizada, “o rádio está presente nos acampamentos e assentamentos por meio de rádios livres e comunitárias, muitas delas organizadas pelos próprios militantes” (BARBOSA, 2017, p.144).

Além dessas produções descentralizadas, há também outro trabalho de divulgação dos movimentos sociais realizado pela Radioagência Notícias do Planalto (NP), hoje Radioagência Brasil de Fato. Jornalistas produzem pequenos programas que são fornecidos para emissoras de rádio pelo país com

a condição de transmitirem sem editar o conteúdo. É uma forma de fazer a visão do MST chegar aos camponeses também pela rádio comercial.

Durante a segunda metade da primeira década dos anos 2000, havia a experiência da Rádio Vozes da Terra, produção em parceria com a ONG Oboré, para a produção de conteúdos radiofônicos transmitidos pela WEB. Hoje, o projeto não existe mais e a Radioagência é a responsável por essa divulgação (BARBOSA, 2017, p.144-145).

Outras formas de comunicação usadas pelo MST são músicas, encenações teatrais e murais. “As músicas são compostas pelos próprios militantes, a partir das temáticas rurais e da luta pela terra” (BARBOSA, 2017, p.145). Um exemplo de música é a composição “Assim já ninguém chora mais, de Zé Pinto, faz uma mescla entre as temáticas da vida no campo e uma chamada para a ação revolucionária, a partir da luta de classes entre o fazendeiro capitalista e o sem terra” (BARBOSA, 2017, p.145). Zé Pinto é um sem terra de Rondônia.

Sabemos que o capitalista diz não ser preciso ter Reforma Agrária / Seu projeto traz miséria / Milhões de sem terra jogados na estrada / Com medo de ir pra cidade enfrentar favela fome e desemprego / Saída nessa situação é segurar as mãos de outros companheiros. / E assim já ninguém chora mais / ninguém tira o pão de ninguém/ O chão onde pisava o boi é feijão e arroz, capim já não convém. / Compadre junte ao Movimento Convide a comadre e a criançada /Porque a terra só pertence a quem traz nas mãos os calos da enxada / Se somos contra o latifúndio da Mãe Natureza somos aliados/ E viva a vitória no chão sem a concentração dos latifundiários. / Seguimos ocupando terra derrubando cercas conquistando o chão. / Que chore o latifundiário pra sorrir os filhos de quem colhe o pão. / E a luta por Reforma Agrária a gente até para se tiver, enfim / coragem a burguesia agrária de ensinar seus filhos a comer capim (PINTO, 2002, *apud* BARBOSA, 2017, p.145).

O MST, utiliza a pintura de muros como forma de comunicação. Segundo Cácia Cortez, militante do MST e integrante da equipe de produção do Jornal Sem Terra, todos os meios disponíveis são utilizados pelo movimento.

[...] a gente trabalha e valoriza muito as atividades culturais, música, poesia, festas, comemorações, as datas de ocupações, 5, 2, 10 anos de ocupação, ou até mesmo as famílias comemoram os anos de acampamento e isso é motivo de comemoração porque é motivo de resistência. E normalmente nesses acampamentos tem o que a gente chama de “bardos”, o contador de “causo”, o adolescente que desenha, que pinta, a poesia das mulheres e dos jovens, é o repente, a música, o que tem de tocador de viola no MST é impressionante, e a gente valoriza muito porque é através dessas expressões culturais que a gente também faz o processo de educação e busca de animação dessa identidade e o resgate histórico, porque as histórias das famílias que permanecem

acampadas, o processo de exclusão que elas sofrem até chegar ao acampamento, é história (CORTEZ, 1999, p.137).

Claudinei L. S dos Santos, dirigente do MST em Rondônia, avalia que a mídia tradicional ou clássica (jornais, rádio e TV) tenta criminalizar as ações do Movimento.

Assim como todos os movimentos de contestação da ordem, a relação é ruim. Pois os grandes meios de comunicação cumprem com a tarefa de criminalizar as lutas e por sua vez os movimentos sociais.

A exemplo disto posso citar o livro recém-lançado pela a professora Zuin (UNIR) onde ela estuda quatro sites locais, e analisa a forma semântica de como se constrói a narrativa da criminalização dos movimentos sociais (SANTOS, 2018).

Quando a mídia tradicional (jornais, rádio e TV) publica matérias de cunho negativo ao movimento (MST), temos as seguintes situações:

Uma é quando se atribui ao MST, a responsabilidade de conflitos agrários que não são do MST. Neste caso, fazemos os devidos esclarecimentos por meio de notas ou entrevista.

E quando são matérias que tratam de fatos ligados ao MST, usamos o direito de resposta em conjunto com outras organizações.

Para fazer o contraponto, temos ocupado os espaços das rádios comunitárias, inclusive com programas diários como forma de romper com esta lógica (SANTOS, 2018).

Santos (2022) discorre sobre a estratégia do MST desde 1995, destacando que o primeiro acampamento do MST em Rondônia foi o 25 de julho de 1989, no município de Espigão D'Oeste, sendo assentadas 319 famílias. Outro acampamento do movimento nesse início, foi o Adriana, na fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, mais conhecido pelo episódio do massacre de Corumbiara, fato ocorrido contra os camponeses assentados em 1995. Nesse período, afirma Santos (2022),

O MST reavalia a estratégia e decide as ocupações do movimento deve se pautar levando em consideração três critérios básicos: o primeiro é colocar os assentados em áreas de alta produtividade; o segundo é colocar as famílias assentadas em áreas mais próximas da infraestrutura existente (estradas energia, comércios, escolas, hospitais, etc.); terceiro, para atingir os dois primeiros objetivos, ocupar áreas ao longo da BR-364.

Sobre as invasões de áreas públicas, terras indígenas e unidades de conservação, Santos (2022) defende o seguinte:

As áreas de unidades de conservação temos que lutar para preservar e as áreas indígenas, de ribeirinhos, de quilombos e de pescadores, precisamos ajudar

para que esses povos possam preservar suas áreas. Assim, o MST não promove e não compactua e não organiza nenhuma ocupação em áreas pertencentes às comunidades indígenas, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e de pescadores.

Os movimentos sociais tanto do campo, quanto das cidades necessitam além de defender os seus direitos emergentes, também trabalham na perspectiva da disputa pela hegemonia ideológica, contudo, deve levar em conta as novas formas da abordagem do capital econômico denominado capitalismo maduro, pós-industrial, porém, nenhum desses conceitos explica e justifica o que se vive na atualidade sobre devastação do ambiente com a destruição da natureza.

Melucci (2001, p.75) destaca que “[...] é necessário reconhecer que o apelo à natureza tem jogado um papel muito importante na formação de novas questões conflitais. A natureza aparece como aquilo que resiste às pressões externas, porque foge à racionalidade instrumental”, e destaca o autor:

Os fenômenos coletivos emergentes nas sociedades complexas não podem ser considerados simples razões para a crise, efeitos de marginalidade ou de desvio, puros problemas de exclusão do mercado político. É necessário reconhecer que os fenômenos coletivos que atravessam as sociedades avançadas são os sintomas de movimentos antagonistas, mesmo considerando que este não é o seu único significado. Nas sociedades com alta densidade de informação, a produção não diz respeito somente aos recursos econômicos, mas investe em relações sociais, símbolos, identidade, necessidades individuais. (MELUCCI, 2001, 79).

Nessa perspectiva pode-se denotar que o foco das reivindicações do MST, na luta pela terra visando à efetivação da sonhada Reforma Agrária, deva se dar na perspectiva da construção de uma sociedade solidária em que possa criar as condições de vida digna com um equilíbrio do ambiente natural visando à preservação para as futuras gerações.

CONCLUSÃO

Conforme se constata, o fenômeno da globalização e conseqüentemente as novas ferramentas tecnológicas utilizadas para a comunicação vem mudando o comportamento das pessoas e das instituições – mudanças culturais. As mudanças decorrentes das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) vêm servindo tanto para lazer, quanto para uso comercial. Há, contudo, que se destacar que mesmo essas ferramentas de usos domésticos

ou de uso individual, também são utilizadas para divulgação de informações e para organização da sociedade como instrumento de mediação em busca da conquista de direitos sociais.

Outro fator que deve ser levado em consideração, e que vem sendo observado pelos autores pesquisados é que a comunicação sempre foi utilizada como forma de se fazer mediação, contudo, com as novas tecnologias informacionais, os movimentos sociais necessitam renovar as suas plataformas e comportamentos a fim de incluir em suas programações essas novas ferramentas.

A abordagem sobre a ocupação territorial e a formação cultural que vem sendo implementado no estado de Rondônia, demonstra a dimensão de um estado novo, bem como se constata a necessidade do poder público em implementar políticas que venham melhorar a qualidade da mediação na relação tanto com a sociedade política, quando com a sociedade civil.

Observou-se pela pesquisa sobre o uso das novas tecnologias da informação e comunicação como instrumento para planejamento, mobilização e difusão do movimento, assim como para a mediação, que o MST local já vem utilizando em Rondônia essas tecnologias em suas atividades, contribuindo para o aperfeiçoamento da organização e das estratégias de lutas do movimento.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Marco Antonio de. & MORAES, Marielle Barros de. **Mediação da Informação, Ciência da Informação e Teorias Curriculares: A transdisciplinaridade na formação do profissional da informação.** Inf. Inf., Londrina, v. 18, n.3. p. 175-198, set./dez.2013
Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informação/>. Acesso em: 04.10.2018.

ALMEIDA, Marco Antonio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em:
<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007779/9c727eacaa9e6378f8ea11ddc6bd1f07> Acesso em: 04.10.2018.

ALMEIDA, Marco Antonio de. **Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a Ciência da Informação a partir das Ciências Sociais.** In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORANHA, Daisy Pires (Orgs.) **Informação e Contemporaneidade: Perspectivas.** Recife: NECTA, 2007.

AMARAL, José Januário de Oliveira. **Os latifúndios do INCRA: a concentração de terra nos projetos de assentamento em Rondônia.** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. **Correntes teóricas da ciência da informação.** Ci.Inf. Brasília, DF, v.38, n.3.p.192-204, set./dez., 2009.

BARBOSA, Alexandre. A comunicação MST: de organizador coletivo a instrumento de formação. **REU**, Sorocaba, SP, v. 43, n. 1, p. 135 – 149, jun. 2017.
DOI: <<https://doi.org/10.22484/2177-5788.2017v43n1p135-149>> Acesso em: 21.11.2018.

BRAMAN, Sandra. A Economia representacional e o regime global da política de informação. In: **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação.** MACIEL, Maria Lucia & ALBAGLI, Sarita (Orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.106**, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional (PIN). Brasília, DF, 1970.

COY, M. **Desenvolvimento Regional Na Periferia Amazônica: Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “ponteira”. O caso de Rondônia.** 1989. 175f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Pará. Belém.

CORTEZ, Cácia. O Movimento Sem Terra e seus sistemas de comunicação. In: FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). **Cultura, comunicação e movimentos sociais.** São Paulo: CELACC: ECA, 1999.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Orgs.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Editora, Zahar, 1978.

HJARVARD, Stig. **Da Mediação à Mídiação: a institucionalização das novas mídias** (Trad. Lívia Silva de Souza). Parágrafa. Jul./Dez. 2015.v.2.n.3 (2016).

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 24 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MARTINE, George. Rondônia and the fate of small producers. In: GOODMAN, D. & HALL, A. (eds) **The Future of the Amazon: destruction or sustainable development?** New York: St. Martin's Press, 1990, p. 23-48.

MARTINS, Marcio Marinho. Colonização recente e a luta pela terra em Rondônia. **Revista Labirinto – Ano XII, nº 16 – junho de 2012.** Disponível em:<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/977/1001>> Acesso em: 07.12.2018.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, Vozes, 2001

MILLIKAN, Brent. A experiência contemporânea da fronteira e o desmatamento em Rondônia. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, NUPAUB, 1999. 146p.

RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia e Assistência Técnica para Formulação da Segunda Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia. **Relatório de Socioeconomia**. Porto Velho, Rondônia, 1998.

RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico**. Porto Velho, Rondônia, 2000.

SANTOS, Claudinei L. S dos. Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/RO). Entrevista concedida a Adilson Siqueira de Andrade. Rondônia, novembro de 2018.

SANTOS, Claudinei L. S dos. Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/RO). Entrevista concedida a Adilson Siqueira de Andrade. Rondônia, março de 2022.

SERACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996

SILVA, José Pinto da. **Jaru: colonização e campesinato** Dissertação (Mestrado). Campina Grande: UFPB – Curso de Mestrado em Sociologia, Sociologia Rural, 1984.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa e DANDOLINI, Gustavo. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 1, 2018, p. 461-479. DOI: <10.1590/2179-8966/2018/32712. Acesso em: 06.12.2018

SILVA, Ricardo Gilson. C. Globalização e fragmentação do espaço agrário em Rondônia. **RDE – Revista de desenvolvimento econômico**, v. XVI, p. 163-174, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v16i30.3610> , Acesso em: 29 abr. 2020.

SOUZA, Nádia Simas. A Amazônia brasileira: processo de ocupação e a devastação da floresta. **Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União**. Ano 9 – Número 32/33 – janeiro/dezembro de 2010. Brasília-DF.

TUBINO, Najar. Volta aos anos de chumbo em Rondônia. **CARTA MAIOR**. São Paulo, 2016. Disponível em:

https://www.cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id=35725 Acesso em : 26.11.2018.